



ACÓRDÃO Nº 231/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10957/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari – COARIPREV.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Emídio Rodrigues Neto - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3532/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.570/595).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV. Exercício de 2014.

*Irregularidade. Multa. Determinação.
Recomendação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Instituto de Previdência do Município de Coari – COARIPREV, exercício 2014, de responsabilidade do **Sr. Emídio Rodrigues Neto**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, III, 19, II e 22, III, “b” e “c” da Lei Estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica TCE/AM) c/c art. 11, III, “a”, “2” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução TCE/AM nº 04/02 (Regimento Interno TCE/AM);
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Emídio Rodrigues Neto** no valor de R\$ 13.152,37 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Determinar** à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/02-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 231/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.4. Recomendar ao Sr. Emídio Rodrigues Neto** ou quem lhe haja sucedido, na forma do art. 140, IV, da Res. TCE/AM nº 04/02-RI, o cumprimento do disposto nas Restrições nº 3, 4, 7, 9, 12, 14, 16 (b), 18, 19, 20, 22, 25, 27, 28, 29 e 32 constantes no Relatório Conclusivo nº 21/2015-DICERP.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREIA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral